

Seletividade da Política Pública em Resíduos Sólidos na Pandemia da COVID-19: exponenciando a vulnerabilidade das Cooperativas de Catadores em Londrina- PR

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 vem desafiando o Estado em suas funções econômicas e políticas e, ao mesmo tempo, permitindo avaliar como desigualdades são enfrentadas e/ou aprofundadas em diversas frentes de intervenção e níveis de governo. Uma dessas frentes é a gestão de resíduos. Esse setor é considerado essencial devido a sua relação com a salubridade pública, tornando-se ainda mais relevante no período de pandemia em razão da sua importância para a destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos e a capacidade de disseminação do vírus.

A coleta seletiva dos resíduos domésticos pós-consumo é um dos instrumentos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos - nº 12.305/10, que reconhece o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. As cooperativas e associações de catadores, são entendidas como funções de utilidade pública e de relevância ao interesse ambiental, tanto no sistema de coleta seletiva quanto no processo de reciclagem.

De acordo com Aligleri, Borinelli e Santos (2020) a gestão de resíduos sólidos urbanos é um dos mais desafiantes temas da agenda local de políticas públicas, à medida que conjuga padrões de produção, hiperconsumo, pobreza, degradação ambiental e desigualdades em diversas escalas e âmbitos sociais. Em geral, cooperativas e associações de reciclagem são integradas por pessoas mais suscetíveis às condições de vulnerabilidades sociais, econômicas e políticas. Além, disso muitos integrantes fazem parte de grupos de risco, tanto por idade, quanto por doenças crônicas. Esses fatores e a condição de lidarem diretamente com material contaminado coloca os trabalhadores e trabalhadoras em posição de elevado risco de contaminação por Covid, gerando medo, insegurança e sofrimentos adicionais. Segundo dados recentes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), o índice de contaminação de trabalhadores em limpeza urbana (em valores por 100 mil habitantes) em várias capitais de estados brasileiros, é bem superior ao índice de contaminação de sua respectiva população. “Fato que corrobora com a necessidade urgente de implantação de sistemas de observação, informação, testagem, divulgação e a regulação de protocolos e medidas para a prevenção contra o Coronavírus a serem adotadas nos serviços de limpeza urbana” (ABES, 2020).

A Lei Federal nº 13.979/2020 definiu medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública e o Decreto nº 10.282/2020 resguardou a coleta de resíduos dentre os serviços público e atividades essenciais. Apesar das recomendações, estados e municípios apresentam diferentes respostas às condições da gestão de resíduos durante a pandemia, conforme aponta o estudo de Dias, et al. (2020), o que demonstra a dificuldade de articulação do setor.

No Estado do Paraná, o Ministério Público expediu três recomendações administrativas em comarcas diferentes, voltadas à preservação de direitos dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, solicitando, entre outras medidas, um levantamento emergencial de informações e ações de proteção à saúde dos catadores e auxílio assistencial a todas as cooperativas.

A cidade de Londrina, localizada no norte do Paraná e considerada o quarto maior município da região sul do país com aproximadamente 563.943 habitantes (IBGE, 2018). Em Londrina, o poder público publicou no Jornal Oficial do Município o Decreto nº 346 de 19 de março de 2020 situação de emergência na cidade. A Prefeitura, como medida de

enfrentamento da pandemia, estabeleceu em diferentes momentos do ano de 2020 o isolamento social, fechando o comércio local e parques públicos de modo a priorizar apenas serviços essenciais.

O município tem se notabilizado pela quase ausência sistemática de políticas específicas na gestão de resíduos para este período excepcional. A inação na implementação das políticas públicas para tal setor vem revelando os enormes desafios de articulação e de coordenação do arranjo de governança política de modo a evidenciar uma forte assimetria de poder econômico, político e simbólico entre os atores locais, que demonstra as novas facetas da seletividade estrutural promovida pelo Estado local (JESSOP, 2016).

Perante esse contexto, o artigo busca entender como as ações do Estado local frente ao cenário pandêmico, produz a seletividade estrutural ao setor de Cooperativas de Resíduos frente ao enfrentamento da Covid-19 no Município de Londrina-PR. Para responder ao questionamento, o estudo buscou levantar, junto às cooperativas, as condições operacionais, políticas e econômicas existentes no período pandêmico (entre março e junho de 2020), e as ações do Estado em relação ao setor de coleta seletiva.

O estudo pretende contribuir com o debate de políticas públicas e ações de enfrentamento ao Covid-19 de um setor considerado essencial para o funcionamento da sociedade, ao expor as necessidades do setor e as ações ou inações do Estado na seletividade estrutural. Também esperamos dar voz e visibilidade às condições de sofrimento e violência de um segmento popular organizado e historicamente marcado pela exclusão, na esperança de fomentar políticas públicas e gerar espaços de discussão que contribuam para o desenvolvimento e a justiça social na coleta seletiva dos resíduos em Londrina.

A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória com aporte de uma análise setorial. A coleta de dados buscou analisar os impactos do período de pandemia nas cooperativas do município de Londrina e como a seletividade de Estado tem operado no setor de reciclagem. Realizamos entrevistas estruturadas com dirigentes/representantes de 6 - das -7 cooperativas que possuem contrato de prestação de serviço com a Prefeitura de Londrina, entre 28 maio e 09 de junho de 2020. Para resguardar o sigilo dos participantes e de suas respectivas organizações, as unidades foram nomeadas de C1 a C6. As entrevistas foram realizadas e gravadas por meio do Google Meet, WhatsApp ou por ligação telefônica. Além disso foi enviado um ofício ao Diretor de Operações da Companhia Municipal de Trânsito de Urbanização (CMTU), órgão da administração indireta do município responsável pela gestão dos resíduos domiciliares, no dia 24 de junho de 2020, com um questionário estruturado buscando entender como a pandemia afetou o setor de coleta de resíduos em Londrina e as políticas desenvolvidas no período, no qual não houve resposta até o momento. Levantamos também dados de notícias de periódicos locais e de documentos oficiais, como recomendações do Ministério Público, legislações e ofícios de órgãos governamentais. A única ação localizada, foi a publicação de uma nota, orientando o descarte adequado de máscaras no site da prefeitura.

Os dados foram compilados ou explorados e tratados por meio de análise de conteúdo e estatística descritiva. As categorias de análise foram desenvolvidas a partir do conceito de Seletividade de Jessop (2016) e nos mecanismos de seletividade, no qual Offe (1984) define como estrutura, processo, ideologia e repressão.

A sequência deste artigo está dividida em três momentos. Primeiro no referencial teórico, em síntese, interpretamos em diálogo com a literatura, o momento do campo de reciclagem da cidade com a seletividade do Estado perante o setor de coleta seletiva. Posteriormente, analisamos os dados de acordo as categorias apresentadas e, por fim, desenvolvemos as considerações finais e sugestões.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA

Neste tópico, construímos um quadro geral de referencial teórico para a compreensão da seletividade no campo, através da perspectiva das cooperativas de reciclagem da cidade. Buscou-se apresentar a gestão de resíduos, a atuação do Estado e o arranjo da coleta seletiva no município de Londrina.

2.1 Aspectos da Gestão de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) brasileira foi aprovada em 2010, após vinte e um anos de discussões no Congresso Nacional, por meio da Lei nº 12.305/10. A política marcou o início de uma forte articulação institucional envolvendo os três entes federados a União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral. Dentre as formas de coleta e recuperação dos resíduos recicláveis para retorno como matéria-prima à indústria, a coleta porta a porta é a mais usual nos municípios brasileiros (SNIS, 2018), sendo que essa pode ser realizada tanto pelo prestador do serviço público de limpeza e manejo dos resíduos sólidos, do setor público e privado, ou por associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Segundo Pugliesi e Santiago (2020) a gestão de resíduos sólidos caracteriza-se por limitados avanços e estagnação. Sendo um tema interdisciplinar de extrema complexidade, a completude de uma década desta política pública traz reflexões sobre o que foi realizado no período, quais as falhas e quais os caminhos a seguir visto o compromisso com a Agenda 2030, da qual o Brasil é signatário.

A coleta seletiva fundamenta-se na separação de materiais recicláveis, como plásticos, vidros, papéis, metais e outros, que são encontrados em várias fontes de atores geradores como residências domiciliares, empresas, escolas, comércio, indústrias, unidades de saúde, tendo em vista a coleta e o encaminhamento para a reciclagem. Em geral, os catadores responsabilizam-se pelas fases iniciais, as de maior risco, mais dependentes e mais mal remuneradas desse processo (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

Uns dos destaques de apoio institucional que se deu para o setor das cooperativas é o Decreto nº 7.405/10 que articula as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (PLANALTO, 2010).

Todavia, o setor de reciclagem se estabelece como um campo precário de vivência e de instabilidade ao trabalhador cooperado. Segundo Pereira e Góis (2016) a América Latina é uma das regiões do mundo que vivenciam uma intensa e crônica precariedade do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, com sistemas de coleta, transporte e disposição do lixo. Assim o Estado, em seus diversos níveis, tem um papel central na configuração, desestabilização e reestabilização das relações dentro dos campos. Como aponta Borinelli; Aligleri; Santos (2019) o Estado sofre pressão de diversos atores e, para a sua estabilidade, depende do apoio que recebe ou dos desafios que enfrenta, especialmente os vindos de campos não estatais importantes. Em sua estrutura e ações o Estado expressa o resultado de uma relação de forças e uma seletividade que privilegia alguns atores e interesses e exclui outros.

A destinação correta de resíduos contaminados e apoio social aos trabalhadores é inevitável para o sucesso das ações de prevenção ao contágio e propagação do novo coronavírus.

2.2 O Estado como Postulador da Seletividade

Jessop (2016) define o Estado como um composto complexo de instituições, organizações e interações enredadas no exercício da liderança política e na prática de decisões. Essas instituições e organizações são socialmente incorporadas, socialmente regularizadas e estrategicamente seletivas, cuja função socialmente aceita é definir e aplicar decisões coletivamente vinculativas sobre os membros de uma sociedade. O Estado tem ainda díspares extensões espaço-temporais e horizontes de ação, em que movimenta uma série de capacidades e recursos na busca de objetivos estatais. Para Poulantzas (1978), o Estado é uma relação social, e está longe de ser um instrumento neutro.

O Estado em seu exercício e atuação é um produto contingente, de um equilíbrio mutável de forças políticas, localizadas dentro e para além do Estado. Tal balanceamento é dependente da organização de suas estruturas institucionais e procedimentos específicos do aparato de Estado, envolvido no sistema político e nas relações sociais circundantes (JESSOP, 2007).

Jessop define a seletividade como a atuação dos preconceitos embutidos que privilegiam alguns agentes e interesses, estes em detrimento de outros. Ele complementa dizendo que, como e até que ponto esses preconceitos são atualizados depende da mudança do equilíbrio de forças e de suas estratégias e táticas (JESSOP, 2016).

A seletividade se apresenta no Estado como uma estrutura e *modus operante*, sendo mais suscetível a alguns tipos de políticas e atores e menos a outros. De acordo com as estratégias, os atores se organizam para influenciar o poder do Estado, desenvolvendo estratégias e/ou políticas econômicas que produzem efeitos diferenciais, benefícios e prejuízos. Nessa condição a seletividade é mais estratégica que estrutural (JESSOP, 2002).

Offe (1984) nos apresenta quais os mecanismos de seleção são utilizados pelo Estado nos processos decisórios. Eles são institucionalmente arraigados e podem ser compreendidos em quatro níveis: estrutura, ideologia, processo e repressão. No mecanismo da estrutura entende-se que o sistema institucional possui um raio de atuação definido, e firmado por meio de leis, onde é determinado quem e o que pode se tornar objetivo da política estatal. Essa estrutura atua quando dispõe acesso a recursos e informações de forma restrita a alguns atores. Esse mecanismo pode ser entendido como um programa que tem em si as regras de seleção, estabelecendo as premissas e os obstáculos de ação, expondo um espaço de atuação, ou um espaço de possibilidades com as condições para uma política possível.

A ideologia é articulada nas instituições políticas, mesmo naquelas que se apresentam de forma mais aberta e flexível. Se a estrutura é o espaço da possibilidade, na ideologia é que acontece a restrição do sistema por meio de normas ideológicas e culturais. O mecanismo de processo consiste nos procedimentos institucionalizados na prática política. As estruturas que organizam a administração pública, o assessoramento político e as campanhas eleitorais, para o autor, não são meros processos formais. A estrutura conduz esse processo com o objetivo de disponibilizar para certos atores condições de realizações maiores e tratamento diferencial em certos interesses, dando-lhes preferência no tempo e criando possibilidades de práticas de poder específicas. E, por fim, a repressão se apresenta na aplicação de atos repressivos e autoritários por meio dos órgãos que representam a polícia, o exército ou a justiça (OFFE, 1984).

Ao utilizar a seletividade, Offe (1984) diz que é necessário ser capaz de analisar os acontecimentos que estão fora das regras de exclusão. As decisões que não são aplicadas são tão importantes nas decisões políticas, quanto às decisões que são

explicitamente adotadas no sistema. Segundo o autor a “não decisão” faz política de forma mais significativa que os acontecimentos evidenciados.

No que tange aos arranjos de coleta seletiva municipais, as cooperativas e as associações de reciclagem têm pouco poder nesse sistema. Seus cooperados representam pessoas mais suscetíveis às condições de vulnerabilidades sociais, econômicas e políticas, (FERGUTZ; DIAS; MITLIN, 2011; SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012), o que sugere que o setor seja objeto de seletividade do Estado.

3 Histórico da Coleta Seletiva no Município de Londrina

O órgão responsável pela gestão de resíduos é a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTU. Ela representa uma autarquia que desempenha várias funções no município e é uma personalidade jurídica de direito privado. A CMTU é um órgão da administração indireta da Prefeitura Municipal, e na diretoria de operações é onde subsede as cooperativas de resíduos do município de Londrina.

A secretaria municipal que está envolta com a gestão de resíduos é a Secretaria Municipal de Londrina – SEMA. Ela atua juntamente com outros órgãos municipais, estaduais e federais, no sentido de preservar o meio ambiente e propiciar a correta utilização dos recursos naturais. De acordo com a Prefeitura de Londrina (2020) cabe a SEMA a fiscalização ambiental nos setores municipais. Seus objetivos frente às cooperativas é o de trabalhar informações de formas objetivas, orientando quanto à oferta dos serviços de coleta, transporte, tratamento, armazenamento, destinação final e, especialmente, reciclagem e reuso de resíduos, bem como as demais práticas e técnicas para a gestão dos resíduos.

O sistema de coleta geral na cidade de Londrina que se destina ao aterro sanitário é feito pela empresa Kurica Ambiental S/A. Já a coleta seletiva é realizada por 7 cooperativas que atendem ao município por meio de contrato. Na produção de resíduos, o município de Londrina em 2018 produziu o total de 128.977.746 toneladas de resíduos, enquanto o volume de resíduos reciclados/comercializados foi de 7.375 toneladas, representando o total (5,7%). Número preocupante, que apresenta uma diminuição considerável no volume de reciclados, que chegou em 2016 a 13.238 toneladas recuperadas e comercializadas, representando o total de 10,5% do volume total (CMTU, 2019).

A coleta seletiva inicia-se em Londrina em 1996, no início, a coleta não se estendia a todo município, apenas ao centro da cidade, e somente 5% da população da cidade era atendida (REIS et al. 2005). A coleta domiciliar, segregada porta a porta feita por catadores, foi instituída em Londrina em 2001, nove anos antes da promulgação da PNRS. O modelo instalado foi considerado referência para os movimentos de coleta seletiva do Brasil, e várias vezes premiado nacional e internacionalmente (ALIGLERI et al., 2019).

O campo da reciclagem no município é marcado por diversas lutas de interesses. Alguns atores estão inseridos nessa disputa de campo, como os catadores individuais que estão fora das cooperativas e disputam os resíduos nas ruas e as empresas privadas que ameaçam e buscam uma maior participação no setor, conforme apresentam Aligleri, Borinelli e Santos (2020).

Um importante alerta é a veemente tentativa de privatização do setor, que emerge mesmo antes da pandemia, conforme consta em matéria disponível no jornal Folha de Londrina e pela CBN. Garrido (2020), apresenta que a possibilidade de terceirização tem sido analisada como uma das possibilidades no setor pelo diretor de operações da CMTU. Em reportagem, dois membros das cooperativas apresentaram suas posições quanto a condição de privatização, demonstrando a importância de os catadores estarem no centro

das políticas públicas na coleta seletiva, conforme prevê a Lei Nacional de Resíduos Sólidos nº 12.305/10 (FOLHA DE LONDRINA, 2019).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 DIAGNÓSTICO DO CENÁRIO PANDEMICO NAS COOPERATIVAS DO MUNICÍPIO

Neste tópico avaliamos o impacto da COVID-19 nas atividades das Cooperativas de reciclagem de Londrina. Levantamos esses impactos em 3 dimensões: operacional, econômica e política. Como afirmamos anteriormente, o levantamento foi realizado em 6 das 7 cooperativas que atuam na cidade: Cooperativa 1, com 45 cooperados; Cooperativa 2, com 140 cooperados; Cooperativa 3 com 30 cooperados; Cooperativa 4 com 36 cooperados, Cooperativa 5 com 38 cooperados e Cooperativa 6 com 27 cooperados.

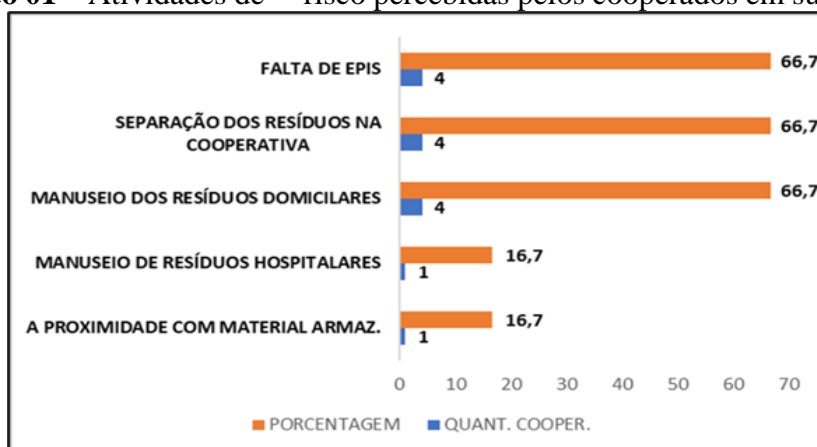
De acordo o número de cooperados, foi analisado o grau de afastamento no período da pandemia por pertencimento ao grupo de risco. Até a data da pesquisa, houve três cooperativas com uma média de afastamento de 23% e outras três com uma média de afastamentos de 10%. Posteriormente, foi levantado o número de cooperados afastados por apresentarem sintomas da covid-19, nesse aspecto, houve quatro cooperativas com uma média de 25% de afastamentos e duas sem nenhum afastamento. É importante destacar que os afastamentos não ocorreram simultaneamente, e que um mesmo cooperado pode ter sido registrado nas duas categorias em momentos diferentes. Mas ao cruzar com a quantidade de cooperados que cada cooperativa tem, é possível observar a dimensão desse impacto nas atividades.

Londrina se notabilizou negativamente no estudo realizado por Dias, *et al.* (2020), que analisou os protocolos de prevenção e mapeamento sobre casos de catadores com COVID-19. O trabalho cobriu o período de 30/03/2020 a 06/04/2020 e coletou dados em 140 cooperativas brasileiras. Foram encontrados 51 casos suspeitos, e uma confirmação, porém dos casos suspeitos apenas 04 tiveram acesso ao teste pelo SUS. A maior ocorrência de casos suspeitos foi em Londrina, com 16 casos suspeitos e nenhum confirmado por teste até a data do fechamento do estudo.

4.2 DIMENSÃO OPERACIONAL: SUPERLOTAÇÃO, RISCO E MEDO

Na dimensão operacional, avaliamos os impactos que a pandemia proporcionou nas atividades rotineiras. O Gráfico 01 apresenta atividades de risco percebidas nas operações das cooperativas de reciclagem durante a pandemia.

Gráfico 01 – Atividades de risco percebidas pelos cooperados em suas práticas diárias



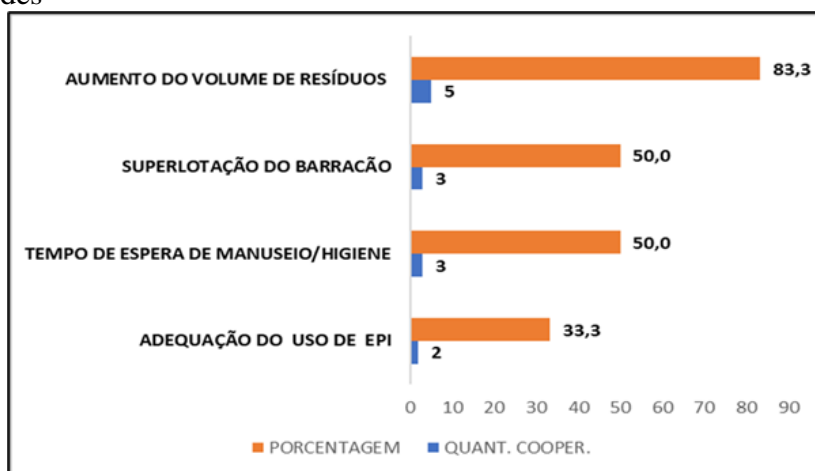
Fonte: Elaborado pelos autores, com base em pesquisa de campo.

O que pode ser percebido é que a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), a separação dos resíduos e o manuseio de resíduos hospitalares foram as atividades com maior presença de risco aos cooperados. Isso pode ser relacionado com o fato de que as cooperativas não sabem se os resíduos que estão sendo manuseados estão contaminados, e na ausência de EPIs adequados, essa situação aumenta a vulnerabilidade dos catadores durante o trabalho.

O risco que está tendo para nós, é que está vindo muita luva e máscara que as pessoas usam e põe no reciclado, entendeu. As pessoas usam a máscara, ao invés dela descartar no lixo que é o que vai para o aterro, que é o lixo orgânico ou comum, elas tão colocando dentro do reciclado para vir para o barracão, é um risco muito grande para os cooperados da cooperativa. (C4)
[...] assim, o risco maior que a gente pode perceber e que a gente tinha mais medo, é na separação. Que daí você toca em todo e qualquer material que vem. (C6).

No gráfico 02, foram apresentados os principais problemas operacionais apontados pelas cooperativas.

Gráfico 02 - Problemas operacionais percebidos pelos cooperados em suas atividades



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em pesquisa de campo

As entrevistas evidenciaram que as cooperativas passam por diversas dificuldades devido ao aumento da massa de resíduos coletados, uma consequência direta da pandemia. Os barracões ficaram superlotados, dificultando o manejo, os processos de triagem e o armazenamento dos materiais. Três cooperativas indicaram empregar um tempo de armazenagem de 72 horas antes de iniciar o manuseio dos materiais, o que impactou nos processos, gerando problemas operacionais. O maior tempo de espera contribuiu para o acúmulo de resíduos e a superlotação dos barracões o que pode, inclusive, atrair vetores de doenças como ratos. Outro aspecto foi a adequação dos EPIs, em um cenário normal, os cooperados já utilizavam máscaras e luvas na triagem, mas com o cenário da Covid-19, eles passaram a usar mais EPIs como óculos e avental e, com isso, uma readequação foi necessária.

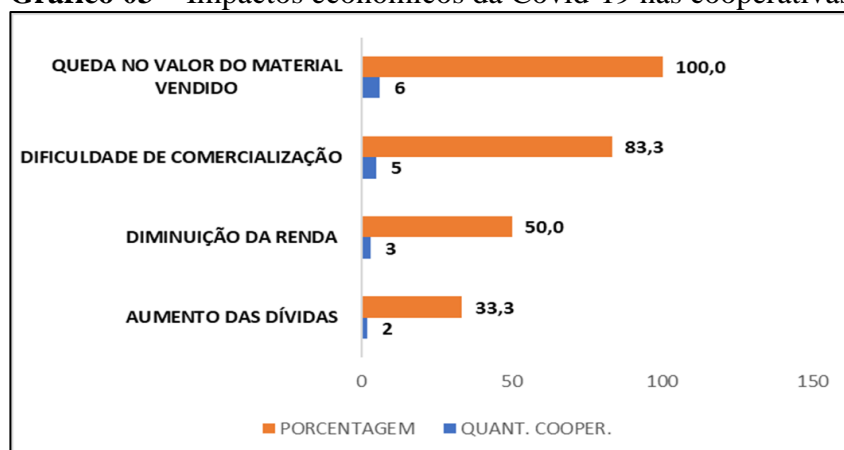
[...]a gente acabou tendo uma superlotação nos barracões, a gente contratou mais dois barracões para poder suprir, só que a gente só recebe por um, então os barracões estão muito lotados. Os cooperados às vezes acabam ficando no meio da reciclagem, não tem como ter um espaço para eles porque é muito lixo. A gente acabou tendo que entrar com uma dívida de dois barracões sem ter condições, e aí o material da rua do transbordo acabou sendo afetado... (C1)

A triagem, na parte da luva, a gente usava uma luva tipo pano, assim mais ou menos... hoje temos que comprar aquela luva descartável. (C3)

4.3 DIMENSÃO ECONÔMICA: MENOS RECEITA E RENDA, MAIS ENDIVIDAMENTO E ACÚMULO DE DÍVIDAS

A COVID-19 trouxe um grande impacto a estrutura econômica das cooperativas. O aumento do fluxo de resíduos, a necessidade de maior tempo de armazenamento dos materiais para o posterior manuseio e a dificuldade de comercialização proporcionaram um efeito cascata de desestruturação financeira das cooperativas.

Gráfico 03 – Impactos econômicos da Covid-19 nas cooperativas



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em pesquisa de campo

O isolamento social e as solicitações de quarentena em Londrina trouxeram impactos para as cooperativas na comercialização dos resíduos. Com o efeito da pandemia em todo o país, houve uma dificuldade de acesso aos compradores, o que gerou obstáculos na venda de muitos materiais e a queda dos valores comercializados. Esse processo resultou no acúmulo de dívidas e, por consequência, dificuldades para manter as cooperativas em funcionando. O cenário é refletido no depoimento de uma das cooperativas.

[...] afetou em tudo, nosso material está praticamente parado, quase nenhum comprador quer vir buscar, estamos com muitas dívidas paradas. Tínhamos compromissos tanto com material, quanto com os valores que a Prefeitura nos repassa. [...], mas está bem complexo, bem parado, estamos passando por grandes dificuldades, não estamos conseguindo honrar nossos compromissos.” (C3).

Essa situação também se repete no estudo feito por Dias, et al. (2020). No panorama levantado pelos autores foi verificada uma queda de pelo menos 20% no valor

do material comercializado. O estudo também evidenciou uma situação econômica crítica das cooperativas frente à crise.

A dificuldade vivenciada pelas cooperativas gerou problemas na manutenção das estruturas físicas e na concessão de apoio financeiro aos cooperados afastados. Das seis cooperativas estudadas, duas tiveram, em média, 65% de queda na receita, duas tiveram redução média de 45% na receita e outras duas tiveram 8,5%, comparando-se ao período pré-pandemia. Portanto, a pandemia afetou de forma diferente as cooperativas, mesmo estando no mesmo Município. O que também retrata as diferentes condições financeiras e econômicas entre elas e também as variadas capacidades de responder à crise. O relato de umas das cooperativas é que devido à redução das vendas de materiais, não há salários e nem a possibilidade de arcar com as despesas advindas do aluguel dos novos barracões e da compra de EPIs e produtos sanitizantes.

[...] a gente continuou trabalhando, mas os compradores pararam de trabalhar, e aí foi onde a gente ficou sem salário. Muitos cooperados ficaram sem pagamento. A gente teve que pegar o valor que vinha da Prefeitura, que era para pagar água, luz e impostos, tivemos que pegar e repassar para os cooperados. Sendo assim, hoje a cooperativa... ela está assim, numa situação bem crítica, porque a gente se endividou. (C2).

4.4 DIMENSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: A AUSÊNCIA COMO POLÍTICA

A dimensão de políticas públicas buscou compreender como as cooperativas avaliam o Estado e levantar as ações do poder público local durante o período da pandemia. Sendo assim, cinco das seis cooperativas apontaram que houve falta de suporte necessário no enfrentamento da crise. No levantamento de ações do Estado, poucas ações foram percebidas. Destacou-se, orientações via telefone a uma cooperativa, por ofício a outra e a doação de uma máscara para cada cooperado uma única vez.

Não há apoio da CMTU, e na prefeitura ninguém se manifestou. Estão se comportando como se nada estivesse acontecendo, falam até do vírus, mas não falam das necessidades que as cooperativas estão enfrentando. As cooperativas não foram afastadas nem se quer um momento, fizemos um termo por escrito pedindo um apoio e até o momento não se manifestaram. Somente no início deram uma máscara para cada e nada mais. (C3)

As cooperativas apontaram como as principais falhas do poder público no período de pandemia: a falta de diálogo e orientação e a ausência do fornecimento de materiais de EPIs foram indicados por duas das seis cooperativas. Somando a essas falhas, tem-se ainda, a falta de apoio financeiro, a falta de levantamento das dificuldades, as muitas multas e a não notificação de catadores individuais que atuam clandestinamente no sistema de coleta porta-a-porta. Cada categoria foi apontada por uma cooperativa.

[...] porque eles não conseguiram ajudar a gente em nada. A falha seria na questão de ter comunicado as cooperativas, ter reunido né. Como a gente faz parte do serviço essencial, deveria ter comunicado o presidente da cooperativa, que estão de frente, para falar qual seria a maior dificuldade que eles estão tendo, né (C1).

A respeito das demandas percebidas pelas cooperativas, as dificuldades financeiras e a necessidade de auxílio para adequação das estruturas físicas foram as

solicitações mais evidentes. Três das seis cooperativas indicaram a necessidade de auxílio financeiro para custeio de dívidas e a necessidade de novos espaços de armazenamento de materiais. Já o levantamento das necessidades e dificuldades das cooperativas pelo poder público, o apoio para o acesso aos EPIs e a falta de diálogo com o órgão responsável pela gestão municipal dos resíduos foram apontados por duas cooperativas. E, por fim, a orientação à população sobre o descarte de resíduos, a notificação de catadores individuais e a visita dos barracões foram demandas percebidas por uma cooperativa em cada categoria.

O pouco que ganhamos pelo contrato, eles mesmos pegam de volta por multas, que só sabem nos multar. Eles veem que tem material para fora do barracão, vê que tem material exposto. Querem que a gente coloque para dentro, só que aqui dentro não tem espaço para colocar. Nós já estamos “socados” de material, tanto para triar como para vender, e nós pedimos para eles uma solução, eles simplesmente falam para nós que temos que resolver. (C4)

É possível observar que a inexistência de políticas condizentes com o momento, o que sugere uma falha na governança de um setor que é, ao mesmo tempo, essencial e historicamente vulnerável (SOUZA; PAULA; SOUZA-PINTO, 2012; CANDIDO; SOULÉ; NETO, 2018).

No que tange às ações do poder público local no setor de gestão de resíduos em resposta ao novo contexto da pandemia, foi feito um levantamento em canais oficiais da prefeitura, da CMTU, em jornais locais. Além disso, foi enviado um roteiro de questões à CMTU, mas não obtivemos resposta. Passados quase três meses do início da pandemia, encontramos apenas uma única ação da CMTU, uma nota no site da autarquia, datada de 12/05/2020. O documento orienta sobre o descarte adequado de máscaras e luvas (CMTU, 2020). Vale ressaltar que a nota não recebia destaque no site e só foi possível identificá-la recorrendo aos mecanismos de busca do site.

Além de se recusarem em atender as demandas de algumas cooperativas, a Prefeitura Municipal e a CMTU também deram pouco efeito às recomendações e pedidos de outros órgãos públicos. Esse foi o caso das recomendações emitidas pelo Ministério Público do Paraná (nº 01/2020-GAEMA, 24/03/2020; nº 02/2020, 26/03/2020; nº 01/2020, 25/03/2020). Em suma, as recomendações cobraram um levantamento emergencial de informações, medidas de auxílio assistenciais a todas as cooperativas e a disponibilização de auxílios sociais temporários complementares e/ou subsidiários em favor dos catadores durante o período da pandemia. Medidas essas, adotadas em diversos outros estados e municípios durante a pandemia (DIAS, *et al.* 2020). Além das recomendações do Ministério Público, o Conselho Municipal do Meio Ambiente, encaminhou ofício (nº 04/2020 de 27/05/2020) à CMTU, dando recomendações e cobrando um plano de contingência para as cooperativas. Por meio de um despacho administrativo de (nº 1020/2020 de 15/06/2020), a CMTU declarou que desde o primeiro momento entrou em contato com as cooperativas orientando a respeito do uso de EPI's e repassando em março de 2020 o contato de empresas que poderiam fornecer materiais de proteção individual e que possuíam estoque. Assim como informações sobre o auxílio emergencial do Governo Federal. Por fim, o despacho conclui da seguinte maneira:

(...) sobre a garantia de renda mínima aos catadores e catadoras, cumpre enfatizar que o Governo Federal já tomara a iniciativa e instituirá programas de assistencialismo nesse sendo, conforme determina a Constituição Federal. Considerando ainda que as cooperativas estão devidamente contratadas, a Administração Pública não pode arcar com

custos além daqueles descritos nos respectivos termos de referência e contratos, sob pena de configuração de ato de improbidade, posto o dispêndio de verbas públicas ao custeamento de despesas não previstas à legislação, bem como a qualquer obrigação legalmente assumida. (PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA, 2020, p. 3).

É importante destacar que alguns municípios tiveram ações muito diferentes, em relação a Londrina. Em Curitiba, foi desenvolvido um protocolo de procedimentos especiais na gestão de resíduos sólidos urbanos no município, para prevenção do coronavírus. O protocolo orienta todos os atores envolvidos, e da orientação as associações e cooperativas a respeito da triagem e condução dos resíduos, das medidas sanitárias e da manutenção do repasse para as cooperativas, inclusive as que decidirem paralisar as atividades temporariamente (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2020). O Distrito Federal também decidiu pagar aos catadores o valor de R\$ 500,00, durante todo o período que a pandemia impeça os trabalhadores de voltar às suas atividades normais, de acordo com notícia divulgada pelo canal Ric Mais (RIC, 2020). Todas essas condições reafirmam o conceito de Estado de Jessop (2016), onde o Estado é uma expressão dinâmica da condensação de relações de forças e, as políticas públicas, revelam em sua seletividade quem são os ganhadores e os perdedores no acesso aos recursos e poderes públicos. Abaixo, com base nos mecanismos de seletividade apresentados por Offe (1984) – estrutura, ideologia, processo e repressão -, fazemos uma breve leitura de como se desenvolveu a seletividade política no caso apresentado até aqui.

No que tange a estrutura, as cooperativas de reciclagem historicamente não têm contado com canais formais de participação na construção da agenda pública, controlada pela CMTU, uma organização autárquica pouca aberta ao controle social. O acesso obstruído e fragmentado à estrutura do Estado ficou mais evidente e nocivo durante a pandemia. Nesse aspecto tem-se uma estrutura que exclui do espaço de discussão e de decisão um dos atores mais importantes e mais vulneráveis do processo de gestão de resíduos da cidade, e o empurra para uma condição de receptor passivo. Segundo Offe (1984), essa estrutura atua seletivamente quando dispõe acesso a recursos e informações de forma restrita a alguns atores.

No âmbito ideológico, a inclinação conservadora e neoliberal da atual gestão, em parte, explica a indiferença com as organizações populares e também o interesse de privatizar os serviços de coleta de reciclados. O projeto privatizador revela-se igualmente quando, desconsiderando a precariedade do setor, trata as cooperativas como empresas autônomas e independentes, rejeitando a desigualdade social estrutural, para justificar a inação diante dos riscos e do sofrimento dos catadores. Esse mecanismo ideológico restringe as possibilidades ao promover a percepção seletiva dos conflitos, bem como sustenta soluções excludentes. Conforme Offe (1984) diz, é na ideologia que acontece a restrição do sistema por meio de normas ideológicas e culturais, na qual ela promove - uma percepção seletiva dos problemas e dos conflitos sociais.

O mecanismo de processo, segundo Offe (1984), são instituídos por meio das estruturas que determinam os processos do planejamento e da administração burocrática. As estruturas alcançam o objetivo da seletividade, quando confere condições aos atores diferenciais de acesso ao poder estatal. Ao criar essa condição de maior acesso, a regra processual inversamente cria um espaço de exclusão para certos grupos. O caráter centralizado do processo decisório do setor em Londrina é histórico, excluindo sistematicamente a cooperativas e outros atores de importantes decisões. Um tipo de insulamento burocrático explica, em parte, a negação sistemática da CMTU em atender as recomendações e pedidos citados acima, ou a desconsideração do Decreto Municipal

nº 829 de 2009, que instituiu um comitê para o setor de coleta seletiva, e que até hoje não há registros de sua atuação.

A repressão segundo Offe (1984) vai ocorrer por meio de atos repressivos do Estado, que se institui a partir de aplicações ou ameaças utilizando-se da força policial ou de justiça. Nesse aspecto, as ameaças de multas e as multas aplicadas por superlotação dos barracões foram as que melhor ilustram a repressão como mecanismo de seletividade.

Assim, por meio de mecanismos processuais e ou institucionais, o Estado decide quais forças e quais atores serão privilegiados e quais serão deixados à própria sorte. Sua efetividade vai depender de ligações a forças e poderes que existem e operam além das fronteiras formais do Estado (JESSOP, 2016). Nesse sentido, uma compreensão mais ampla da posição desfavorável das cooperativas nas relações com o Estado local, também precisa considerar a fragmentação e os conflitos que marcam a constituição e o desenvolvimento do setor de reciclagem de Londrina (BORINELLI; ALIGLERI; SANTOS, 2019; ALIGLERI, BORINELLI, SANTOS, 2020) debilitando enormemente, política e economicamente, as capacidades e possibilidade de defesa de um projeto coletivo na agenda pública.

Diante do que foi exposto, é possível observar que o cenário encontrado do setor de coleta seletiva do município de Londrina, durante a pandemia da Covid-19, apresenta aspectos muito graves e inusitados. Várias cooperativas estão em condições de precariedade e mais expostas aos riscos de saúde trazidos pela pandemia. Foi possível constatar que, muito provavelmente, a atual situação vem contribuindo para aprofundar a assimetria entre as cooperativas (BORINELLI; ALIGLERI; SANTOS, 2019) podendo, inclusive, implicar na inviabilização de suas operações. A falta de políticas efetivas e a inação do Estado, antes e durante a pandemia, tem como um dos seus efeitos o desmantelamento do setor de cooperativas populares e revela, de forma dramática nesse momento, a sistemática indiferença e o desrespeito pela vida desses trabalhadores e trabalhadoras:

Infelizmente nós somos olhados como passa fome, como os pequenos, como problemáticos, como só damos custos para o município, só dá gasto. Claro, todo mundo é falho, mas somos mais falhos, mais que tudo na face da terra.... Infelizmente nós somos vistos dessa forma, mas quando é falado sobre dinheiro, sobre multas, sobre essas coisas daí somos tratados como empresa, como empresários. [...]tudo que a gente precisa, de início, é respeito... (C3).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi compreender o aprofundamento da seletividade estatal do Município de Londrina em relação ao setor das cooperativas de reciclagem durante a pandemia da Covid-19 no município de Londrina. O estudo possibilitou atestar a presença do conceito de seletividade do Estado, a partir de um conjunto de interesses e de atores envolvidos no aparato estatal. Em concordância com a teoria, a pesquisa identificou que as condições da seletividade acontecem privilegiando atores e dificultando o acesso de políticas a outros. Com base no cenário pandêmico que se instalou no Município de Londrina, as cooperativas demonstraram uma situação de vulnerabilidade que foi exacerbada pela seletividade estrutural do Estado, permitindo assim que o setor se

encontre em situação de ainda mais precarização de políticas públicas, de espaços deliberativos e ações emergenciais.

O setor representa um serviço essencial para o município e para a sociedade, com importância no seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, entre outras dicotomias que envolvem o desenvolvimento sustentável. Durante a pesquisa, as cooperativas do município de Londrina relataram como o sistema estatal agiu de forma indiferente às necessidades e dificuldades apresentadas no decurso do período. O que foi confirmado, diante da resposta emitida pela CMTU, ao CONSEMMA. Mesmo diante de uma pandemia de caráter mundial, nenhuma política informativa à população, ou política emergencial para o setor foi empreendida.

O estudo permitiu constatar que a seletividade promovida pelo Estado durante a pandemia, agravou a crise que já se desenvolvia no setor. Embora as cooperativas tenham sido atingidas de formas diferentes, a seletividade contribuiu de forma geral para o maior desmantelamento do setor, podendo, inclusive, implicar na inviabilização de suas operações. A seletividade também tem como efeito, criar um cenário de favorecimento ao possível processo de privatização.

É necessário propor que novos estudos sejam feitos, como mapeamentos sobre as condições das cooperativas ao final da pandemia e os reflexos da mesma no setor. Estudos comparativos servirão para analisar como as estruturas do setor se mantiveram durante o desenvolvimento da pandemia e como a seletividade se organizou.

Sendo assim, é essencial propor ações emergenciais como: auxílio no fornecimento imediato de materiais de EPI's; ajuda regular em alimentos e renda aos cooperados; testagem sistemática para COVID-19 dos trabalhadores das cooperativas; apoio econômico para o estabelecimento de novos espaços físicos provisórios de transbordo de materiais; desenvolver a criação de linhas de crédito específicas para as cooperativas e revisões de possíveis multas aplicadas em decorrência dos efeitos da pandemia. E de forma gradativa, a criação de espaços de discussão/deliberação/coordenação, envolvendo atores públicos/privados/cooperativas, a avaliação participativa e sistemática e a publicização das ações e do monitoramento dos programas públicos criados.

REFERÊNCIAS

ABES. **O Impacto da Pandemia pela Covid-19 na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos Situação das Capitais Brasileiras**. Pesquisa 2.2 - março a maio de 2020 Síntese dos resultados. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental: Câmara Temática de Resíduos Sólidos. Brasília, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <http://abes-dn.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Pesquisa-ABES-2.1-Pandemia-COVID-19-RSU-Capitais-26.8.2020-2.pdf>. Acesso em 22 set. 2020.

ALIGLERI, L. et al. Desafios atuais do sistema de coleta seletiva da cidade de Londrina. **Anais do I Seminário Interdisciplinar de Pesquisas em Resíduos**. Universidade Estadual de Londrina, 05 de junho de 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/prod/view/1sipruel/trabalhoscient%C3%ADficos/anais-do-evento>. Acesso em jun. 2019.

ALIGLERI, L.; BORINELLI, B.; SANTOS, L. M. L Cooperativismo solidário, Universidade e a crise no campo da coleta seletiva de resíduos urbanos na cidade de Londrina, Paraná. In: MUÑOZ, C. P.; ARTEAGA, I. H. (Editoras). **Economía social y solidaria en la educación: un espacio para la innovación**. Tomo 3. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia, junho de 2020. p. 191-226. Disponível em: <https://ediciones.ucc.edu.co/index.php/ucc/catalog/view/177/210/2666-1>. Acesso em: ago. 2020.

BORINELLI, B.; ALIGLERI, L.; SANTOS, L. M. L. PNRS e a crise no campo da reciclagem na cidade de Londrina: ameaças de retrocessos para o cooperativismo popular? In: III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Anais...** Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 6 a 8 de novembro de 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1f60qGHcfS1gjqRn7iryu1H8kaoo1BSjQ/view>. Acesso em: jun. 2020.

CANDIDO, S. E. A.; SOULÉ, F. V.; NETO, M. S. The Emergence of “Solidarity Recycling” in Brazil: structural convergences and strategic actions in interconnected fields. p. 1-23, **Organization & Environment**, mar 2018.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTU. **Produção e Custos da Coleta do lixo.** – 2019. Disponível em http://cmtu.londrina.pr.gov.br/images/Planilhas_estat%C3%ADsticas/2019/Setembro/Produ%C3%A7%C3%A3o_e_Custo_Coleta_do_LIXO_Kurica_2014-7.2019.pdf. Acesso 23, jun de 2020.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA- CMTU. **Coleta de Resíduos Recicláveis.** Disponível em: <https://cmtu.londrina.pr.gov.br/index.php/coleta-reciclavel.html>. 2019. Acesso: 17 de Jul, 2020

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTU. **CMTU apresenta novos contratos das sete cooperativas de reciclagem.** Disponível em: <https://cmtu.londrina.pr.gov.br/index.php/ult-noticias/800-cmtu-apresenta-novos-contratos-das-sete-cooperativas-de-reciclagem.html>. Acesso: 17 de Jul, 2020

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTU. **Relatório da situação atual das cooperativas de reciclagem** - 2018. Acesso restrito. Prefeitura de Londrina.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E URBANIZAÇÃO DE LONDRINA - CMTU: **Produção e Custos da Coleta do lixo.** – 2019. Disponível em http://cmtu.londrina.pr.gov.br/images/Planilhas_estat%C3%ADsticas/2019/Setembro/Produ%C3%A7%C3%A3o_e_Custo_Coleta_do_LIXO_Kurica_2014-7.2019.pdf. Acesso 23, jun. de 2020.

CONSEMA. **Ata da segunda reunião extraordinária do ano de 2020.** Conselho Municipal do Meio Ambiente, 2020, Vídeoconferência no aplicativo Zoom. [...]. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.londrina.pr.gov.br/atas-consema>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DIAS, S; ABUSSAFY, R; GONÇALVES, J; MARTINS, J. **Panorama dos impactos da pandemia COVID-19 na reciclagem inclusiva no Brasil.** Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, 2020. 32 p. Disponível em: <https://www.wiego.org/publications/panorama-dos-impactos-da-pandemia-covid-19-na-reciclagem-inclusiva-no-brasil>. Acesso em: 3 ago. 2020.

DIAS, S; ABUSSAFY, R; GONÇALVES, J; MARTINS, J. **Impactos da pandemia de COVID-19 sobre reciclagem inclusiva no Brasil.** Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, 2020. 32 p. Disponível em: <https://www.wiego.org/publications/impactos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-reciclagem-inclusiva-no-brasil>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FERGUTZ, O.; DIAS, S.; MITLIN, D. Developing urban waste management in Brazil with waste picker organizations. **Environment and Urbanization**, 23 (2), p. 597-608. October 2011.

GOVERNO DO DF VAI PAGAR AUXÍLIO A CATADORES DURANTE PANDEMIA DA COVID-19. **Ric Mais**, Distrito Federal, Df, p. s/p, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://ricmais.com.br/noticias/governo-do-df-vai-pagar-auxilio-a-catadores-durante-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). **Cidades e estados**: Londrina. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>.

INPIRARIDEIAS. **Contratação pública municipal de uma cooperativa de catadores**: o caso da cooper região - cooperativa de catadores de materiais recicláveis da região metropolitana de londrina - pr. Salvador: FundaciÓn Avina, 2012. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/livros-guias-e-manuais/contratacao-publica-municipal-de-uma-cooperativa-de-catadores>. Acesso em: 20 jul. 2020.

JESSOP, B. **The State**: past, present and future. 2016. Disponível em: http://www.ritsumeij.ac.jp/acd/re/k-rsc/hss/book/pdf/vol07_08.pdf. Acesso em: 22jun. 2018.

JESSOP, B. **O Estado e a construção de Estados**. Outubro, n. 15, p. 11-43, 2007.

JESSOP, B. **The Future of the Capitalist State**. Oxford/UK: Blackweel Publishing Ltd.,2002.

___Lei nº 12.305/10. **Congresso Nacional**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 17, Abr. 2020.

LIMA, R. S. Resíduos Sólidos Domiciliares: **Um programa de coleta seletiva com inclusão social**. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/RESIDUOS_SOLIDOS_EM_LONDRINA_compl.pdf. Acesso: 16 de Jul, 2020

NINTER, Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Resíduos. **Pesquisa aponta aumento de resíduos e alerta para situação das cooperativas**. O Perobal, [S. l.], p. 1-1, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://operobal.uel.br/sociedade/2020/07/31/ninter/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - (20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LONDRINA). **Recomendação Administrativa Nº 02/2020**. Londrina, Pr, 26 mar. 2020. Disponível em: <http://meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/22.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (GAEMA) Regional de Campo Mourão). **Recomendação Administrativa Nº 01/2020**. Campo Mourão, Pr, 24 mar. 2020. Disponível em: <http://meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/23.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Recomendação Administrativa Nº 01/2020**. Curitiba, Pr, 24 mar. 2020. Disponível em: <http://mppr.mp.br/2020/03/22446,10/MPPR-atua-para-preservacao-de-direitos-de-catadores-de-reciclaveis.html>. Acesso em: 31 jul. 2020

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em:< <https://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 15, jul. 2020.

NADAI, A. de O; et al. **Plano municipal do saneamento básico de Londrina -PR**: diagnóstico 2008/2009. Consultoria DRZ. 2009. Londrina.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PUGLIESI, E.; SANTIAGO, C.D. e LEITE, W.C de A. Gestão de resíduos sólidos e a pandemia COVID 19: (des) preparo para o enfrentamento da crise. In: VALÊNCIO, N.; OLIVEIRA, C.M. (orgs) **Covid-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)**. São Carlos: UFSCAR/CPOI, 2020.

POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Planalto 2010**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em 06, Abr. 2020

POULANTZAS, N. **State, Power, Socialismo**. Londron: Verso, 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Decreto Municipal Nº 829. **Institui o Comitê Municipal da Coleta Seletiva de Lixo e dá outras providências.**, Londrina, Pr, 8 out. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. **SECRETARIA SEMA**. Disponível em:<http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpageplus&Itemid=1018>. Acesso em 15, jun. 2020.

PROTOCOLO PARA PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA, PARA PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. s/p, 9 ago. 2020. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2020/00297198.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

REIS, L. G; SOUZA, P. R. B; CÂMARA, M. R. G; ARBEX, M.A. in: IX Congresso Internacional de Custos. 2005. Florianópolis. **A coleta seletiva em Londrina: um estudo de caso sob as lentes da economia dos custos de transação**. Disponível em: http://intercostos.org/documentos/congreso-09/custos_38.pdf. Acesso: 16 de Jul, 2020.

SNIS. **17º Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos**. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Ministério do Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Saneamento. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-do-manejo-de-residuos-solidos-urbanos-2018>. Acesso em: set., 2020.

SOUZA, M. T. S; PAULA, M. B.; SOUZA-PINTO, H. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **Revista de Administração de Empresa – RAE**, São Paulo, vol, 52, n. 2, p. 246-262, mar/abr 2012.